COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.382, DE 2017

Inclui § 5º ao Art. 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, incluindo as instituições ensino superior mencionadas no art. 242 da Constituição Federal no PROUNI.

Autor: Deputado ADÉRMIS MARINI

Relator: Deputado LOBBE NETO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.382, de 2017, do Senhor Deputado Adérmis Marini, inclui, nos termos da ementa, § 5º ao art. 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, incluindo as instituições de ensino superior mencionadas no art. 242 da Constituição Federal no Programa Universidade para Todos (Prouni).

O art. 1º dispõe acerca da inclusão do art. 5º ao art. 1º da Lei nº 11.096/2005, que estabelece o seguinte: “Poderão aderir ao PROUNI as instituições de ensino superior criadas por lei estadual ou municipal que atendam ao disposto no art. 242 da Constituição Federal”. O art. 2º determina que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída às Comissões de Educação (CE), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma relevante ação do Poder Público para democratizar o acesso à educação superior no Brasil e para fomentar a inclusão de estudantes de baixa renda nesse nível de ensino. De acordo com o texto do diploma legal em vigor, apenas instituições de ensino superior (IES) “privadas, com ou sem fins lucrativos” podem aderir ao Prouni.

As IES públicas que se enquadram no disposto no art. 242 da Constituição Federal – que são públicas, mas podem cobrar encargos educacionais de seus estudantes – ficam excluídas do acesso ao Prouni.

Art. 242. O princípio do art. 206, IV [*gratuidade da educação em estabelecimentos oficiais*], não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos (Constituição Federal de 1988).

Embora mantidas parcialmente com recursos públicos, as referidas IES públicas criadas por leis estaduais e municipais antes da promulgação da Carta Magna, dependem das mensalidades alunos para sua sustentabilidade econômico-financeira. Em outros termos, funcionam de maneira similar às IES privadas. No entanto, não lhes é permitido ter acesso aos benefícios oferecidos pelo Prouni. Por essa razão, o Projeto de Lei em apreciação tem mérito educacional inegável, sendo necessários o acréscimo dessas IES não apenas no art. 1º, mas também no 5º e no 16 da Lei do Prouni, para sua eficácia plena. Além disso, cabem aperfeiçoamentos de redação e de técnica legislativa.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.382, de 2017, do Senhor Deputado Adérmis Marini, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado LOBBE NETO

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.382, DE 2017

Altera os arts. 1º, 5º e 16 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, incluindo as instituições ensino superior referidas no art. 242 da Constituição Federal no Programa Universidade para Todos (Prouni).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 5º e 16 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, e nas instituições de ensino superior que atendam ao disposto no **caput** do art. 242 da Constituição Federal de 1988.

.....” (NR)

“Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, bem como as instituições de ensino superior que atendam ao disposto no **caput** do art. 242 da Constituição Federal de 1988, poderão aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

.....

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada ou das instituições de ensino superior que atendam ao disposto no **caput** do art. 242 da Constituição Federal de 1988, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo Prouni, que gozará do benefício

concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, bem como as instituições de ensino superior que atendam ao disposto no **caput** do art. 242 da Constituição Federal de 1988, poderão, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no **caput** deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereçam, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou sequencial de formação específica.

.....” (NR)

“Art. 16

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior, bem como das instituições de ensino superior que atendam ao disposto no **caput** do art. 242 da Constituição Federal de 1988, será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no **caput** deste artigo.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado LOBBE NETO

Relator